

ROTEIRO DE EXPOSIÇÃO

Índices inflacionários, evolução salarial da categoria e despesa de pessoal no Estado de São Paulo

SINDSAÚDE-SP
17/10/2008

COMPORTAMENTO DOS PREÇOS

- No período 2001-2008, presenciamos um cenário de relativa estabilidade de preços. Neste cenário de baixa inflação - que vem se configurando - teve dois momentos de destaque, ao longo da série, a saber, 2002 e 2008 que comentaremos mais adiante.
- Um ambiente de baixa inflação revela pelo menos dois aspectos positivos, dos quais destacam-se:
 - a melhora individual da percepção relativa dos preços: seja na relação entre preços (salário e custo de vida), seja na relação entre preços (salário individual e outros salários na economia)
 - a menor perda do poder aquisitivo, principalmente no período entre datas-base. Movimento característicos dos ciclos inflacionários em que os salários experimentavam grandes oscilações: altos reajustes e perdas salariais vertiginosas
- Mas são necessários destacar também, pelos menos dois outros aspectos negativos evidenciados no contexto de baixa inflação no Brasil:
 - Embora as perdas salariais entre datas-base sejam menores, elas ocorrem. A corrosão dos salários é mais comedida,

porém não menos perversa. Se não recompostos, os salários passam a registrar perdas salariais cumulativas, difícil de serem repostas no curto prazo. No setor público, este movimento se torna mais evidente, diante da inexistência ou não cumprimento da data-base.

- Outro aspecto evidenciado neste cenário são os baixos patamares salariais praticados na economia brasileira.

- Apesar de, a partir de 2004, presenciamos uma combinação virtuosa de baixa inflação e crescimento econômico e de observarmos que as categorias do setor privado, na sua grande maioria conseguiram repor a inflação do período e obter algum ganho real (entre 1% e 2%). A sensação é de que foram insuficientes, diante do custo de vida que o trabalhador necessita enfrentar.

- Neste cenário, como eu disse anteriormente, tivemos dois anos atípicos na série. Um claramente perceptível, o ano de 2002, por se revelar um percentual acima da série e outro não tão perceptível assim, o ano de 2008, quando tivemos uma inflação localizada no grupo alimentos.

- O ano de 2002, o aumento da inflação foi reflexo da instabilidade que país, por um pré-julgamento do mercado financeiro internacional sobre os rumos que o país tomará diante do cenário de eleições e a eminência da eleição de Lula. Fuga de capitais, aumento do Risco Brasil, desvalorização cambial, e conseqüentes aumento da inflação e taxa de juros foram alguns dos efeitos deste período de turbulência. Passada as eleições, e o temor de

desestabilização interna tendo se afastado, a inflação cai novamente.

- Em 2008, tivemos uma aceleração inflacionária, que trouxe novo temor de desestabilização ao país, mas que se revelou posteriormente, como um surto inflacionário que logo foi interrompido.
- Ao olharmos, a inflação em relação ao ano anterior, de fato, ela não se destaca de modo geral. Mas, a inflação foi interna e em grupo específico alimentação
- Como diz o ditado, o trabalhador trabalha porque sua boca o instiga. Uma alusão sobre o comprometimento quase que total de seu salário a sua sobrevivência.
- Nesse sentido, considerando, o alto custo de vida, os baixos patamares salariais e o aumento expressivo de preços ligados a cesta básica do trabalho: os trabalhadores de baixa renda foram os mais penalizados neste processo
- No âmbito das negociações coletivas no primeiro semestre, reivindicações sobre aumentos substanciais no piso salarial da categoria, reajuste de vales-refeição e alimentação tomaram o centro dos esforços na negociação, ao lado da reposição e pleito de aumento real, numa tentativa de “blindar”, proteger os salários mais baixos.
- O espectro da inflação se afastou, mas o custo de vida se mantém elevado.
- Outro aspecto influenciou a negociação de pisos salariais, foi a política de reajuste do salário mínimo: com um critério que combina inflação mais crescimento do PIB, ou seja, um aumento real bem

superior ao conquistado nas negociações, o salário mínimo nacional começou a se aproximar dos pisos de categoria, revelando ainda mais sua fragilidade. Atualmente, os pisos salariais correspondem entre 1,25 e 1,5 salários mínimos.

EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS NA SAÚDE

- Aqui a questão é saber: e os salários da saúde, como se comportaram neste cenário?
- Para responder a esta questão adotamos, dois índices de preço:
 - ICV-DIEESE – índice histórico dos trabalhadores
 - INPC-IBGE – índice histórico de reposição salarial
- Outra questão a ser observada, é a especificidade dos salários na saúde pública do estado de São Paulo, a saber:
 - A alta participação das gratificações no total da remuneração, em detrimento do salário base
 - A co-existência de várias tabelas salariais, dos quais destacamos, aquelas relativa à Lei 674/92, com cargos específicos da área da saúde e Lei 712/92, com cargos relativos às áreas meio.
- Estas características explicitam as diferenças nos percentuais encontrados dentro de cada lei e entre as leis, revelando que, para além de uma reposição salarial, tem-se uma distorção entre as tabelas
- Em virtude das gratificações é possível chegar a uma variação salarial e reajuste necessário para cada cargo, o que exige-se definição de um parâmetro ou valor referência a ser adotado.
- Por exemplo, considerando o **ajudante de laboratório**, menor referencia da tabela, para uma inflação de 67,53%, temos um

variação salarial 30,87% e reajuste necessário de 28,02%, entre ago/08 e set/08.

- Para o **Auxiliar de Enfermagem**, para uma inflação de 67,53%, temos um variação salarial 35,24% e reajuste necessário de 23,88%, entre ago/08 e set/08.
- Para o **Auxiliar de Serviços**, para uma inflação de 67,53%, temos um variação salarial 22,17% e reajuste necessário de 37,12%, entre ago/08 e set/08.
- E assim, sucessivamente. A tabela salarial da saúde explicita a necessidade de dirimir a discrepância inter e entre as leis de estrutura salarial
- Cabe destacar que um dos elementos importantes na definição do salário (e talvez o maior) é o custo de vida, ou seja, seu valor para a manutenção do trabalhador. Outra parte tem a ver com os atributos que compõe seu cargo: nível de responsabilidade, qualificação necessária, valor intrínseco e social de sua função. Estes parâmetros são definidos no âmbito de uma estrutura de cargos e salários.

DESPESA DE PESSOAL, LRF E ORÇAMENTO PÚBLICO

- Na tarefa de subsidiar o debate – tarefa que não é fácil – selecionamos alguns itens das contas públicas no estado, pensar cenários para a reposição salarial e mudança na estrutura, como os dados revelam.
- Despesa de Pessoal do Poder Executivo: a relação entre despesa de pessoal e receita corrente líquida (RCL), indicador da LRF, mostra uma queda sistemática: 49,27%, em 2000, para 41,55%, em 2007.

- No segundo quadrimestre de 2008, a relação apurado para despesa de pessoal foi de 39,18% da RCL.
- Assim, considerando, o valor apurado, há espaço legal para aumento da folha de pagamento dos servidores públicos. O Estado opera com um espaço de cerca de R\$ 5,7 bilhões, entre o que gasta e o que a LRF classifica como limite prudencial
- A despesa total de pessoal da SES apurada para maio de 2008, acumulado em doze meses foi de R\$ 1.986,40 milhões, último dado divulgado. Este valor não inclui, portanto, as alterações salariais ocorridas neste ano na categoria.
- Para acolher no orçamento um reajuste considerando, por exemplo, o percentual de 37,12% (auxiliar de serviços), devem ser necessários pelo menos 50% a mais do valor anual gasto atualmente.
- Por outro lado, a arrecadação do ICMS, principal fonte de arrecadação tributária do Estado, demonstra um cenário positivo: na comparação com os 12 meses encerrados em junho de 2008, crescimento real de 10,8% em relação aos 12 meses imediatamente anteriores.
- A Previsão orçamentária para 2009 aponta um orçamento 19,94% superior à dotação inicial de 2008, e, para Saúde de 15,18%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Os dados apurados apontam para importância do cumprimento da data-base, como forma de não propagar perdas extensas nos salários. Assim como, a reivindicação de aumentos reais, seja no

período de data-base, seja no âmbito do PCCS; a valorização dos pisos salariais e correção de benefícios ligados alimentação.